

A proposta do Brasil ao FMI e credores: reduzir os juros.

Reduzir a atual taxa de juros — de 8% ao ano para 1 a 2%, em termos reais, ou 5 a 6%, nominais — sobre o pagamento da dívida externa, de maneira a diminuir a transferência de recursos nacionais para o Exterior. Só assim, o programa de desenvolvimento econômico do País terá êxito. Esta posição será defendida pelo Brasil, a partir de hoje, em Washington, perante o comitê interino do Fundo Monetário Internacional (FMI) e em reuniões paralelas com representantes dos principais bancos credores.

A delegação brasileira, chefiada pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro, também participará da reunião do comitê de desenvolvimento do Banco Mundial, defendendo os pontos que constam do documento básico do programa de estabilização econômica, redigido pelo ministro do Planejamento, João Sayad.

De acordo com o documento, "a retomada dos investimentos esbarra no fato de que um país, no estágio de desenvolvimento em que se encontra o Brasil, não deve continuar a transferir anualmente 5% do Produto Interno Bruto (PIB) para o Exterior, como vem fazendo desde 1984". Esse percentual (exatos 5,6%) representava o montante de 11,8 bilhões de dólares; já no ano passado a remessa de recursos em relação ao PIB declinou ligeiramente, para 5,1%.

Jantar com credores

Na próxima quinta-feira, em Nova York, o ministro Dílson Funaro e o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, oferecerão um jantar aos presidentes dos sete bancos que integram o comitê de assessoramento da renegociação da dívida externa brasileira. São eles, o Citicorp, o Chase Manhattan, o Bank of

America, o Manufactures Hanover, o Chemical Bank, o Bankers Trust e o Morgan Guaranty. A digerir, durante o encontro, as mesmas reivindicações que os países devedores vêm desafiando ao longo do tempo. Isso inclui não só a redução das taxas de juros internacionais, mas também, entre outros pontos, o fim do protecionismo, um prazo maior para a amortização da dívida, a volta dos empréstimos voluntários, que os bancos suspendem desde 1982.

Em troca, o Brasil colocará sobre a mesa as suas perspectivas de estabilização da economia, pela redução da inflação, e a reforma monetária. Além disso, o país deve assegurar que não ingressará nem contribuirá para a formação de algum cartel de credores, embora continue enfatizando a importância de foros de discussão como o de Cartagena, que conta com 11 nações da América Latina.

O Banco Central, entretanto, está cético quanto a concretização do Plano Baker, sugerido em 1985 pelo secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, que inclui a efetivação de novos empréstimos ao Terceiro Mundo, cotizados entre o governo e os bancos desde que os tomadores acatam as regras de saneamento econômico e financeiro do FMI. Como esclareceu o diretor para Assuntos de Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas: "a proposta do Plano Baker estonteou os banqueiros, porque antes os governos de seus respectivos países puxaram sua orelha, como punição por emprestar dinheiro ao Terceiro Mundo, além dos limites. Agora, os EUA voltam a pedir aos bancos que emprestem, porém o plano não saiu do papel".

Furtado: sem moratória

- 7 ABR 1986

O economista Celso Furtado, ministro da Cultura e um dos membros do diretório nacional do PMDB, disse ontem que o Brasil não tem condições de fazer sozinho a moratória da dívida externa, sob pena de isolá-lo no contexto internacional. O ministro, que durante o regime militar chegou a pregar a moratória, agora prefere sugerir uma mobilização do conjunto dos países credores para conquistar melhores condições de pagamento dos débitos. A posição do economista, assim, foi contrária a muitos pontos de vista manifestados por convencionais do partido, na sua convenção, realizada ontem no plenário da Câmara Federal.

Furtado assinalou que a situação de hoje é bastante diferente da dos anos anteriores, quando os juros da dívida externa chegaram a 16% (estão agora em torno de 7,8%, a taxa vigente no interbancário de Londres), e por causa da queda dos preços do petróleo importado.

"Agora" — acrescentou Furtado — "temos de conseguir uma modificação através de uma mobilização internacional, porque o Brasil sozinho não pode fazer nada. Temos de agir em combinação com outros países. Mas para isso é preciso que o Brasil tenha uma posição forte, o que estamos fazendo agora, ao eliminar a inflação".

Já o deputado Federal Alfonso Soares (PMDB-SP) encaminhou à mesa diretora da convenção do PMDB uma moção na qual defende "uma ação drástica" do governo, que reduza significativamente o pagamento ao Exterior. Assinalando que o Brasil transfere hoje para o Exterior 30% de sua poupança líquida, 5% do PIB e 40% do faturamento das expor-